

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TURISMO NO LITORAL PERNAMBUCANO: PROCESSOS E CONTRADIÇÕES

THE PRODUCTION OF SPACE BY TOURISM ON THE COAST OF PERNAMBUCO: PROCESS AND CONTRADICTIONS

Cristina Pereira de ARAÚJO¹, Denise Betânia Marques dos SANTOS²

Artigo recebido em 22/02/2022, aceito em 11/08/2022, publicado em 24/10/2022.

Palavras-chave:

Produção do espaço. Políticas públicas. Litoral brasileiro.

Keywords:

Space production.
Public policies.
Brazilian coastline.

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo apresentar o processo de produção do espaço no litoral pernambucano, a partir do olhar sobre os meios de hospedagem e sua confrontação com os dados de renda e acesso ao saneamento básico, a partir dos dados disponíveis no IBGE, no intuito de evidenciar conflitos e contradições neste processo de produção. Os municípios de Recife, Ipojuca, Tamandaré e Ilha de Itamaracá foram selecionados para análise por apresentarem índices de turistificação elevados, aqui considerados os de segundas residências, em relação aos demais municípios litorâneos, tomando-se os dados disponíveis no Cadastur.

ABSTRACT

This article aims to present the process of production of space on the coast of Pernambuco, from the perspective on the means of lodging and their confrontation with income data and access to basic sanitation, from the data available at IBGE, in order to highlight conflicts and contradictions in this production process. The municipalities of Recife, Ipojuca, Tamandaré and Itamaracá Island were selected for analysis because they have high touristification rates, included second homes, in relation to the other coastal municipalities, taking the data available in Cadastur.

¹Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: cristina.pereira@ufpe.br. <http://orcid.org/0000-0001-9986-5394>.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: denisemarques@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0001-5025-8462>.

1. INTRODUÇÃO

O turismo pode ser definido sob diferentes olhares. Um conceito *flu*, na concepção de Remy Knafou (2001), posto que se utiliza de um sistema de objetos cujo monopólio não lhe pertence. Uma atividade humana multiforme, ao mesmo tempo social e econômica (Gallero, 2001).

Em termos legais, é a Lei nº 11.771 de 2008 que versa sobre a Política Nacional de Turismo, em seu artigo 2º, que o assim define: “considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

E essa atividade que movimentou em 2019 mais de 1,5 bilhão de pessoas³ pelo mundo, produz espaço para sua realização, seja nos centros emissores ou receptores. Ou seja, é na sua relação com o espaço produzido que se pode perceber suas interações, conflitos e contradições. É o que se pode observar na inserção do turismo ao longo do litoral pernambucano. Como um evento, a atividade se insere em momentos distintos na zona litorânea, estando presente de uma forma mais contundente em alguns municípios, em detrimento de outros, em que efetivamente não se observa relevância na atividade turística.

Indubitavelmente, um marco (evento) para a dinamização da atividade foi a política pública empreendida pelo PRODETUR/NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo) que durante os anos 1990 realizou aportes financeiros em prol da atividade. Nesse sentido, o objetivo do artigo é apresentar o nível de turistificação do litoral de Pernambuco⁴ a partir do olhar sobre os meios de hospedagem (MHs) e como estes se relacionam com a produção do espaço local no sentido de evidenciar as contradições presentes no território a partir da confrontação dos dados de MHs com alguns indicadores socioeconômicos dos municípios, notadamente renda e saneamento básico.

Para nos ajudar a compreender como se dá o referido processo, propomos ao leitor o seguinte percurso: a compreensão de espaço e suas categorias de análise, a partir da leitura do geógrafo Milton Santos; a categorização dos agentes produtores do espaço turístico; um olhar sobre as políticas públicas federais de turismo; a turistificação do litoral pernambucano, processos e contradições, a partir da apresentação de quatro municípios representativos: Recife, Ipojuca, Tamandaré e Ilha de Itamaracá.

³ Fonte: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/demanda/International_Tourism_Highlights_2019_Edition.pdf. Acessado em 30.01.2022.

⁴ Trata-se de um extrato da pesquisa tronco financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) denominada Turismo e Produção do Espaço no Litoral Brasileiro: processos, conflitos e contradições desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa CILITUR (Cidades Litorâneas e Turismo).

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TURISMO SOB UMA PERSPECTIVA MILTONIANA

Milton Santos (2006, p.21) propõe que “o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. A partir de tal noção, torna-se possível reconhecer suas categorias analíticas internas: paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, espaço produzido ou produtivo, rugosidades e formas-conteúdo; e externas: a técnica, a ação, os objetos, a norma, os eventos, a totalidade, a idealização. As verticalidades e as horizontalidades.

É através da técnica que ocorre a junção das categorias internas e externas ao espaço. “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (Santos, 2006, p.29).

É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura continuidade (...) é o espaço que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contiguidade obriga a agir em conjunto e solidariamente (Santos, 2006, p.40).

O espaço é datado pelas técnicas e marcado pelos eventos, “uma manifestação corpórea do tempo histórico, algo como se a chamada flecha do tempo apontasse e pousasse num ponto dado da superfície da terra povoando-o com um novo acontecer” (Santos, 2006, p.196).

No caso do litoral pernambucano, como se verá adiante, pode-se afirmar que o incentivo à atividade turística em municípios selecionados deu-se em função dos incentivos decorrentes do PRODETUR/NE. Este foi um importante evento para mudar a lógica da produção do espaço do município de Ipojuca, que passou a ser conhecido pela praia de Porto de Galinhas, bem como para dinamizar o turismo cultural no centro de Recife por meio do projeto “Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda: no território do passado, a construção do futuro, contemplado no plano de Revitalização do Bairro do Recife (Santos, 2020).

A divisão territorial do trabalho como consequência da divisão internacional do trabalho, marca no espaço “restos de divisão do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (Santos, 2006, p.140). Esses restos de capital, de divisão do trabalho passadas, que marca objetos técnicos de diferentes idades, Milton Santos define como sendo rugosidades.

As divisões territoriais do trabalho expressam no espaço diferentes formações socioespaciais fruto da divisão internacional do trabalho, conferindo um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Dentro do conceito de totalidade, a diversificação da natureza é processo e resultado, totalização e totalidade; a divisão internacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho, de sorte que a atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores.

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares. Visto pela ótica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, desigual e combinado. Não é um movimento unidirecional. Pois os lugares assim constituídos, passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas é a divisão do trabalho que tem a precedência causal, na medida em que é ela a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que se tornam possíveis (Santos, 2006, p.133).

Veremos que a história da formação socioespacial dos municípios pernambucanos são, em sua maioria, marcadas por uma história do tempo lento, carregada de rugosidades e restos de divisão do trabalho passadas, expressa pela cultura da cana-de-açúcar. Serão os eventos que marcarão os novos regimes de acumulação, no caso o liberalismo financeiro, que irão acomodar a capital Recife em uma nova fase capitalista e, de forma residual, o excesso de liquidez associado à vontade política (papel do Estado) proporcionará novas configurações ao espaço, tendo o turismo como protagonista, dos municípios próximos à capital.

É nesse processo de transformação de valores de uso em valores de troca, de produção e reprodução de espaços, criando arranjos espaciais e fluxos reguladores, que Milton Santos propõe os conceitos de verticalidade e horizontalidade.

As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. (...) Esse espaço de fluxos seria, na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espaço, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico (Santos, 2006a, p106). As horizontalidades são zonas de contiguidade que formam extensões contínuas. (...) São contra racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm neste território a despeito da vontade de unificação e homogeneização típica das verticalidades. A presença dessas verticalidades produz tendências à fragmentação, com a constituição de alvéolos representativos de formas específicas de ser horizontal a partir das respectivas particularidades (Santos, 2006a, p.108 - 110).

As verticalidades estão associadas a uma geografia de redes, pressupondo espaços de conectividade, atendendo a lógica e normas de atores longínquos. A ordem próxima e a ordem distante (Santos, 2006). Ou seja, a cidade exerce o comando técnico, relacionado à divisão territorial do trabalho (ordem próxima) e o global, sobretudo as cidades globais, assumem o comando político e de fluxo do capital (ordem distante). As redes, assim como as verticalidades, não possuem contiguidade territorial.

Para exemplificar, e tomando como exemplo o litoral pernambucano, pode-se afirmar que os resorts e empreendimentos turísticos imobiliários(ETI) presentes na costa denotam a presença de verticalidades nas localidades em que se inserem, pois respondem a uma lógica de produção do espaço exógena ao lugar, geralmente ligada a grandes redes hoteleiras ou a grupos de investimentos (a ordem distante) e que atendem ao interesse de circulação do capital (Araújo, 2011, 2014, 2016).

A hotelaria nesse caso assume um caráter estranho ao lugar. Corresponde à introdução de novos objetos técnicos que não buscam diálogo com o tecido urbano e com as relações pré-estabelecidas presentes e que conseqüentemente e não raro, causam expulsão da população autóctone no sentido lato, uma vez que buscarão novas alternativas de chão para morar e conviver. Na contramão, as horizontalidades partem de uma construção endógena, a partir do envolvimento da comunidade (a ordem próxima), o que em tese, poderia ser atribuído à atuação do turismo de base comunitária sobre o território.

Analisar a produção do espaço e sua relação com o turismo, portanto, significa apreender um sistema de objetos e ações que, numa relação dialética, formam aquele espaço. Pressupõe compreender suas dimensões material e imaterial, seu processo de formação social, histórico e de divisão territorial do trabalho, além de uma análise sobre sujeitos sociais envolvidos (Cruz, 1999, 2007), nomeadamente os agentes produtores do espaço.

3. OS AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO TURÍSTICO

Remy Knafo (2001) ao discorrer sobre as relações entre turismo e produção do espaço sob o ponto de vista dos agentes produtores, propõe fazê-lo sob três fontes (ou agentes) do que denominaria turistificação dos territórios: o turista, o mercado, o Estado.

O turista é o ponto principal para que haja turismo, já que por meio do seu deslocamento em direção ao objeto de consumo (uma localidade turística), é que se manifesta a atividade turística. Em várias localidades ainda não apreendidas pelo turismo, o mochileiro é o primeiro a chegar e ele é quem vai difundir o local como um paraíso a ser explorado. Exemplos clássicos de nosso litoral, a vila de Jericoacoara (Jijoca de Jericoacora/Ceará) e Trancoso (Porto Seguro/Bahia) eram vilas de pescadores que a partir dos anos 1990, e mais fortemente a partir dos anos 2000, passaram a ser inseridas no circuito turístico internacional e conseqüentemente sofreram uma intensa produção do espaço pelo turismo através da inserção de verticalidades, tais como: hotelaria de padrão internacional, shopping centers, lojas de grife internacional, restaurantes com cozinha renomada, etc.

O parágrafo acima já dá conta de que se o turista é indispensável para dar luz a um lugar com potencial para ser apreendido pelo turismo, que o tomará como mercadoria, serão o mercado e o Estado, juntos, os grandes promotores das localidades turísticas, ou como sugere Knafo (2001), dos territórios turísticos, uma vez que em um determinado tempo, independente da ação inicial de descoberta do lugar por um viajante, serão estes os agentes incorporadores e interventores do espaço para o turismo.

O mercado, no atual regime de acumulação capitalista, qual seja a da mundialização da economia, ganha maior fluidez ao se associar com o capital financeiro, o que possibilita uma diversificação de investimentos. O transbordamento de capital para o ambiente construído geralmente se dá em um cenário de

liquidez, onde o excedente possa vir a ser absorvido pela incorporação imobiliária na produção de bens imobiliários. No que concerne a atividade turística, os anos 2000 presenciaram uma forte produção dos espaços turísticos que passaram a ressignificar objetos técnicos – como a transformação de antigas residências em lojas e pousadas – assumindo o papel de rugosidades, ou a introdução de novos objetos, como a hotelaria de rede, os resorts e os empreendimentos turísticos imobiliários.

Em mapeamento realizado por Araújo (2011), constatou-se a grande incidência dessas tipologias ao longo da costa brasileira, muitas delas associada ao capital estrangeiro, representando autênticas verticalidades na produção do espaço nos lugares, uma vez que completamente estranhos à dinâmica local. É como se num intervalo de dez ou vinte anos, comunidades inteiras perdessem suas características iniciais de produção a ponto de ficarem irreconhecíveis. É o caso da citada vila de Jericoacoara, por exemplo, ou mesmo da vila de Porto de Galinhas, em Ipojuca.

Se o mercado entra com a introdução de novos objetos técnicos e/ou sua readequação, cabe ao Estado assegurar o espaço de fluxos. No caso da atividade turística, isso significa o investimento em estradas e aeroportos, sobretudo, o que o fará por meio das políticas públicas de turismo. Embora enquanto idealização abstrata, o Estado represente o interesse comum, geralmente ele é a forma através dos quais, os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (os detentores do capital econômico), ganham a aparência de interesses de toda a sociedade (Chauí, 1980; Harvey, 2005).

O Estado, em si, é um ente ideológico e, a depender de quem o está representando no poder, suas decisões irão beneficiar determinados grupos em detrimento de outros, sempre lançando mão da componente ideológica para ganhar o consentimento da ampla maioria da população. Esse é o motivo pelo qual o Estado em alguns ciclos políticos pode vir a incentivar experiências que fortaleçam as contra racionalidades, as experiências que nasçam a partir do próprio território, ou seja, as horizontalidades, que tem no turismo de base comunitária o seu principal representante em relação a atividade turística, e em outros, a vinda da hotelaria de rede, por meio de incentivos e benefícios fiscais, configurando a presença de verticalidades no território, posto que o comando é exógeno ao lugar, seguindo a lógica das respectivas matrizes, para onde inclusive, seguem os lucros e dividendos, livre de impostos. Mas serão as políticas públicas ensejadas entre os anos de 2003 e 2010 que darão suporte à atividade, como se verá a seguir.

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E SEU DIRECIONAMENTO PARA O TURISMO DE SOL E MAR

Neste ponto recuperamos a compreensão trazida por Knafo (2001) quando aponta no processo de turistificação a conexão entre Estado e mercado e a relevância de ambos na produção do espaço. Tangenciado pelo mercado, o poder público tem atuado, internamente, na atividade turística no sentido de atribuir estruturação e atrair investimentos privados, nacionais e internacionais.

Para concretização dessas posturas, foram criadas políticas que tomaram maior impulso no final do século passado, mais precisamente na década de 1990, momento econômico em que, por um lado, se estabeleciam ações de abertura e flexibilização com vistas à internacionalização do mercado brasileiro, por outro, o Caribe exportava para o mundo um modelo de estruturação turística pautado em grandes intervenções espaciais (turistificação) nas paisagens paradisíacas de sol e mar. Desde então, a atividade tem recebido maiores incentivos e atenção, tendo se materializado de forma estruturada a partir do PRODETUR/NE e da promulgação da atual Política Nacional de Turismo – PNT (Araújo, 2011).

O PRODETUR/NE, política na qual este artigo refere suas análises, propôs a maior estruturação regional de turismo já executada em território nacional (Kiyotane, 2019). Executou aproximadamente US\$ 1.140,83 milhões apenas em demandas de infraestrutura, desde serviços comuns como obras de saneamento e drenagem urbana, até intervenções em obras civis e arquitetônicas de aeroportos internacionais da região.

Foi uma ação conduzida fundamentalmente pela Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI-NE); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sendo estes últimos os responsáveis pela Portaria Conjunta nº 1, de 29 de novembro de 1991. Participaram todos os estados do Nordeste e a região Norte do estado de Minas Gerais. Atualmente denominado Prodetur Nacional, alcança todos os estados do território brasileiro que estejam habilitados para atender às condicionalidades exigidas na aquisição do crédito. Sua ampliação ficou definida no PNT 2007-2010, macroprograma 4 (Araújo, 2011).

Seu objetivo em suas duas edições foi o de fortalecer a economia da região Nordeste por meio de investimentos na atividade turística, precisamente no litoral, gerando ocupação e renda para os locais, mediante a implementação de obras de infraestrutura que, primordialmente, proporcionaram algumas melhorias essenciais, como pavimentação de estradas secundárias e abastecimento de água, levando, nesse aspecto, melhores condições de habitabilidade.

Embora se trate da continuidade de uma mesma política, a segunda etapa do PRODETUR/NE, alcançou estrategicamente de maneira diferente os estados, pois, dos nove que compõem a região, apenas cinco puderam ser contemplados. Além disso, alterações metodológicas foram realizadas para que se pudesse lograr maior êxito no resultado do Projeto. Assim, foram criados os Polos de Desenvolvimento Sustentáveis (14 rotas) para sistematizar as microrregiões que iriam receber o aporte de investimentos, como também, foram criados Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), condição *sine qua non* à elegibilidade de cada mutuário.

Essas ações potencializaram a maneira de pensar o turismo nacional mediante a necessidade de regionalização da atividade em um país de tamanho continental. Isso está expresso no PNT 2007-2010, no inciso VI que trata do tema, do macroprograma 4. Contudo, para Cruz (2007) a formação de territórios-rede já

vinha sendo observada, performando uma ação dos *players* do mercado interno e, entre mercados, sem necessariamente haver interferência do Estado.

Isto posto, formulamos a partir da análise da aplicação de tal política, críticas consubstanciadas por análises bibliográficas no que se relacionam aos processos e contradições existentes na aplicação dessa política que, se, por um lado, foi por meio dela que intervenções essenciais foram realizadas, por outro, a recepção de tais investimentos atraiu empreendimentos que para se estabelecerem geraram inconformidades, sobretudo, na instalação dos meios de hospedagem, mormente os grandes equipamentos.

O estado de Pernambuco, objeto empírico deste estudo, esteve presente nas duas etapas do Programa, sempre mobilizando parte significativa dos recursos, tendo sido o quarto maior orçamento na primeira etapa e o primeiro na segunda. Mesmo antes da primeira edição do Prodetur/NE entrar em operação, Pernambuco esteve em tratativas com o governo do estado de Alagoas e anuência do Governo Federal junto ao BID solicitando recursos para investir na criação de um corredor costeiro de 120 km, com praias de ambos litorais, Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas, no qual os estados garantiriam infraestrutura e, a iniciativa privada, a hospedagem (Abreu, 2010).

A busca por investimento em seus atrativos turísticos, por parte desses dois estados, dá início a estruturação de uma rota denominada Costa Dourada e, que, mesmo não indo adiante, mais tarde, no âmbito do PRODETUR/NE as praias pernambucanas constantes nessa concepção inicial de rota, perfizeram a denominada Rota dos Arrecifes (Oliveira, 2008). Contudo e, tendo sido, o litoral norte o de maior sucesso para o turismo Pernambucano na década de 1980, não houve investimentos do PRODETUR/NE que contemplasse este litoral.

A partir da composição da Rota dos Arrecifes foram engendradas ações de destaque que garantiram, por exemplo, a estruturação da APA de Guadalupe, no litoral sul, cuja extensão abraça quatro municípios (Brandão, 2013). Assim como, foram executadas ações de reposicionamento de marketing para a capital, colocando-a como capital multicultural do Nordeste, intervenções urbanísticas no Bairro do Recife e investimentos significativos no aeroporto, na ordem de US\$ 5 milhões. Notadamente, o planejamento da atividade turística no que concerne às questões ambientais tem se mostrado sensivelmente problemático. A APA de Guadalupe reflete esse ponto a partir da construção irregular de empreendimentos, especialmente, quiosques, bares e barracas em áreas de restinga (Silva, 2011).

Tem-se, portanto, no PRODETUR/NE, um decisivo evento para a reconfiguração do litoral pernambucano. Resta-nos evidenciar os processos e contradições de tal ação, onde novos objetos técnicos foram introduzidos, outros remodelados, conduzindo a importantes transformações nas lógicas de divisão territorial e social do trabalho.

Como será visto na próxima seção, em que pese a importância histórica do litoral norte, onde está localizada a reconhecida Ilha de Itamaracá, os investimentos do PRODETUR/NE foram direcionados somente

para a capital e o litoral sul do Estado. Contudo, ao se avaliar os reflexos nas divisões do trabalho, observa-se que as situações das populações endógenas não diferem muito nos dois litorais, levantando questionamentos acerca da eficácia da aplicação dos recursos públicos no turismo, em prol da melhoria da ocupação e renda dessas populações, um dos objetivos declarados do Programa.

4. A TURISTIFICAÇÃO DO LITORAL PERNAMBUCANO: PROCESSOS E CONTRADIÇÕES

Antes de discorrermos sobre o processo de produção do espaço no litoral pernambucano, consideramos importante destacar as etapas metodológicas percorridas para obtenção das informações. Os dados referentes aos meios de hospedagem foram obtidos junto à plataforma Cadastur, planilhados e classificados de acordo com as tipologias constantes no Sistema Brasileiro de Classificação de Hospedagem (SBClass), a saber: resort, hotel, pousada, hostel. A tabela 1 traz uma síntese dos meios de hospedagem cadastrados, ETIs e o índice de segunda residência para cada município do Estado.

Tabela 1: Panorama dos meios de hospedagem no litoral pernambucano.

Município	Meios de Hospedagem					Índice de segunda residência
	ETI	Resort	Hotel	Pousada	Hostel	
Goiana	xx	xx	03	02	xx	médio
Itamaracá	xx	xx	xx	02	01	excepcional
Igarassu	xx	xx	xx	04	01	incipiente
Paulista	xx	xx	02	01	xx	incipiente
Olinda	xx	xx	05	06	01	incipiente
Recife	xx	xx	52	04	04	incipiente
Jaboatão dos Guararapes	xx	xx	03	xx	xx	incipiente
Cabo de Sto. Agostinho	01	01	04	06	xx	médio
Ipojuca	04	06	17	136	04	médio
Sirinhaém	xx	xx	xx	xx	xx	fraco
Tamandaré	xx	02	02	11	01	excepcional
Barreiros	xx	xx	xx	xx	xx	incipiente
São José da Coroa Grande	xx	xx	xx	07	01	forte
Fernando de Noronha	xx	xx	02	80	22	xx

Fonte: Cadastur, 2020

Quanto as segundas residências, os dados foram obtidos junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a partir da variável domicílio de uso ocasional que, confrontada com a variável domicílio particular permanente (DPP), permite aferir a incidência das segundas residências a partir da metodologia proposta por Tulik (2001) e expandida para o litoral brasileiro por Araújo (2011). No IBGE, também foram obtidos os demais dados socioeconômicos dos municípios pesquisados: população, renda, acesso à serviços de saneamento. Importante salientar que todos os dados do IBGE são de 2010, data de realização do último censo demográfico.

Finalmente, para os ETIs, compreendido como a fusão de um equipamento âncora, geralmente um resort, associado às segundas residências, fez-se a análise morfológica por meio do google Earth no intuito de checar a configuração de residências na proximidade do hotel dentro de uma mesma gleba. Teve como base também o trabalho preliminar realizado por Araújo (2011).

Com 13 municípios litorâneos, observa-se ao analisar a tabela 1, que os meios de hospedagem⁵ ocupam um lugar de destaque nos municípios de Ipojuca e na capital Recife. As segundas residências aparecem de forma significativa em Tamandaré e Ilha de Itamaracá.

Mesmo sem investimentos do PRODETUR/NE, o fenômeno das segundas residências aparece com força na Ilha de Itamaracá, localizada ao norte do Estado, a cerca de 45km (acesso via PE-035) da capital Recife. Com uma população estimada de 27.076 pessoas (IBGE, 2021), em uma variação positiva de 23% em relação ao censo de 2010, quando registrava 21.884 pessoas, Itamaracá possui precariedade no saneamento básico e na renda: apenas 1% dos domicílios são ligados à rede geral de esgoto e 55% da população residente declarou rendimento nominal per capita de até ½ salário mínimo (IBGE, 2010).

Em contraste a essa situação, 60% dos domicílios recenseados em 2010 foram declarados como de uso ocasional, embora acredita-se que efetivamente não façam uso do banho de mar, pois todas as praias da Ilha são impróprias para banho justamente pela condição praticamente inexistente de coleta de esgoto. Registrados na plataforma Cadastur e, portanto, em situação regular junto ao Ministério do Turismo, foram contabilizadas duas pousadas e um hotel. Não foram registradas experiências de TBC na Ilha. A razão dos baixos índices de investimentos em hospedagem se deve, sobretudo, à questão das rugosidades presentes na Ilha: a presença dos dois presídios existentes e que ocupam cerca de 1.400 hectares. Soma-se a essa questão.

Em sentido diametralmente oposto à Ilha, o município de Tamandaré, localizado ao sul da capital (cerca de 100 km percorridos pela PE-60) foi beneficiado por recursos do PRODETUR que viabilizou melhorias viárias, como a construção da ponte sobre o rio Aquirandá e a via litorânea de Carneiros, investiu em obras de sistema

⁵ Embora com 80 pousadas, não foi considerado o distrito da Ilha de Fernando de Noronha, como estudo de caso, por se tratar de uma situação muito particular, de uma Ilha sobre jurisdição do Estado e com regras específicas para ocupação.

de tratamento de água e esgoto, além de gerar recursos para capacitação turística de gestores. Os dados de população e renda são similares aos da Ilha (cerca de 20mil pessoas em 2010 com 50% da população per capita percebendo até ½ salário mínimo) e apenas 1,5% do esgoto era ligado à rede geral em 2010. À precariedade de saneamento básico tem-se o contraste da turistificação da praia dos Carneiros, pelos seus condomínios de flats e segundas residências que conferem ao município mais de 45% dos DPP destinados às segundas residências, valor que deve aumentar se avaliados os novos empreendimentos que surgiram ao longo da orla posteriores a 2010 e que, portanto, o censo não capturou. Segundo o Cadastur, são 2 resorts, 3 hotéis e 11 pousadas. Aqui há uma clara subnotificação de registro. Basta acessar um site de busca para verificar o anúncio de mais de 100 ofertas de meios de hospedagem em Tamandaré.

A capital Recife concentra grande parte da hotelaria de rede. Segundo o Cadastur, são 52 hotéis registrados, 4 pousadas e 4 hostels. A grande maioria dos hotéis está localizada próximo à beira-mar (figura 1).

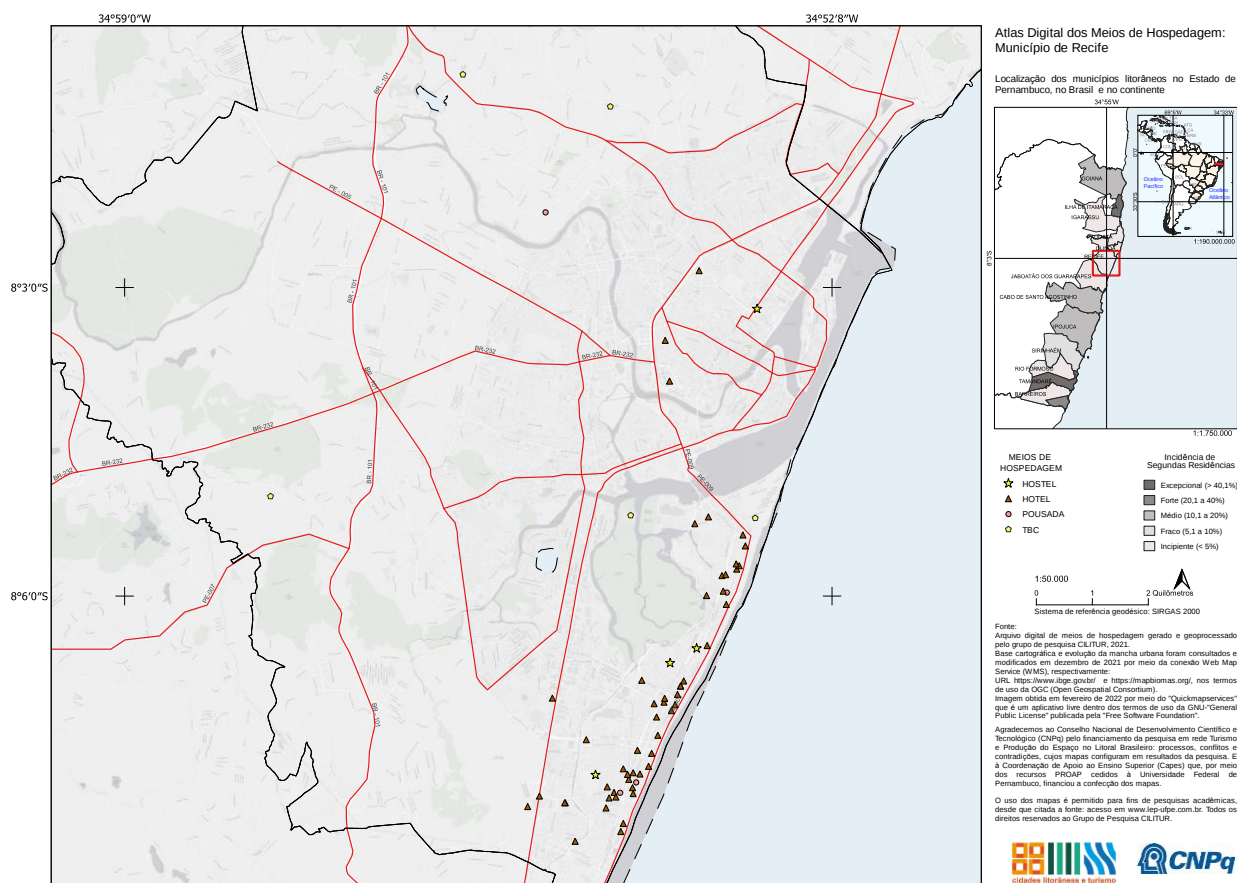


Figura 1: Mapa dos meios de hospedagem em Recife
Fonte: Atlas Digital dos Meios de Hospedagem, disponível em www.lep-ufpe.com.br

Recife recebeu boa parte dos recursos advindos do Prodetur e foram capitaneados para requalificação do centro histórico e área portuária, induzindo a uma série de melhorias dinamizadas pela realização do projeto Porto Novo, cuja intervenção dá origem ao Centro de Artesanato de Pernambuco, ao Centro Cultural Cais do

Sertão e a estruturação da Sala Pernambuco no terminal de passageiros do Porto do Recife (Santos, 2020). Aqui fica nítida a apreensão de restos de divisão de trabalho passadas numa lógica de renovação e transformação em novos objetos técnicos em prol da atividade turística.

O índice de segundas residências é incipiente, representando menos de 2% dos DPP. Apesar de ser a capital, os dados de saneamento também não são animadores e contemplam apenas 55% dos domicílios com acesso à rede geral de esgoto que por sinal, atendem aos bairros onde se observa a localização de camadas de população com maior renda, como se pode observar nos mapas a seguir (figuras 2 e 3), elaborados a partir dos dados dos distritos censitários.

É na capital Recife onde ficam evidenciadas as contra racionalidades, ou seja, as horizontalidades, no tocante à produção do espaço pelo turismo. Foram registradas 5 experiências de TBC, todas elas em periferias urbanas, sendo duas pertencentes a comunidades ribeirinhas. São elas: a ZEIS (zona especial de interesse social) Ilha de Deus e a Colônia de Pescadores do Pina. Todas as experiências oferecem visitas guiadas, e na Ilha de Deus, inclusive se localiza um hostel. Recife possui 1,6 milhão de habitantes e 38% da população vive com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita.

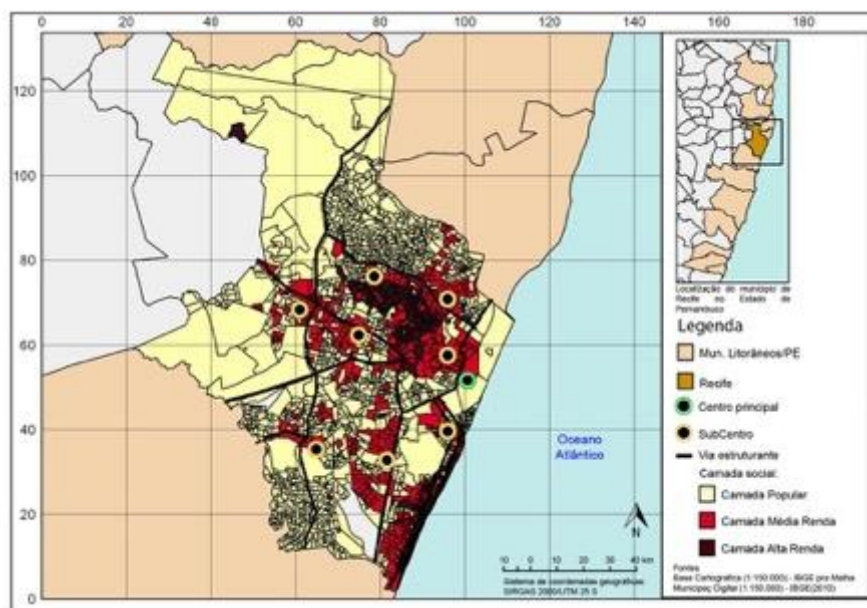


Figura 2 - Mapa de renda do Recife
Fonte: Elaboração própria

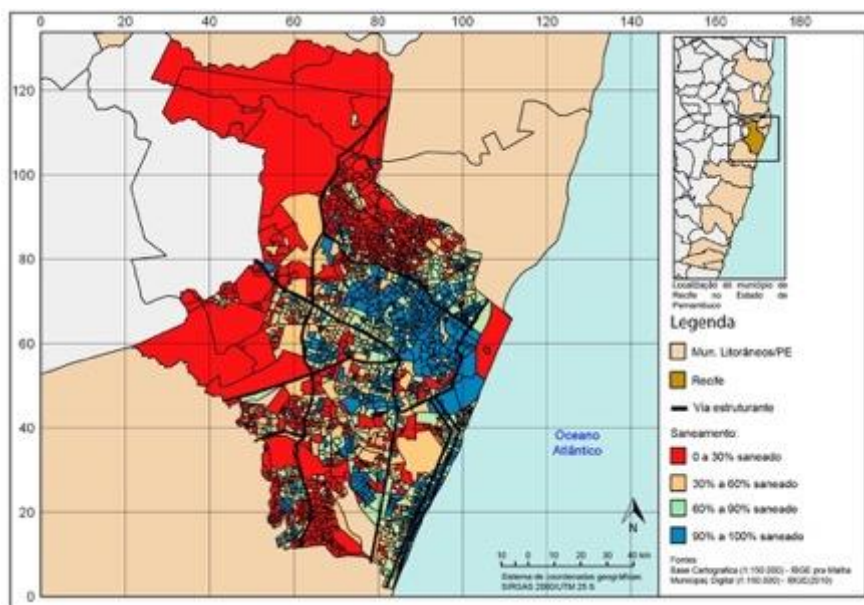


Figura 3 - Mapa de saneamento do Recife – ligação de domicílios à rede geral de esgoto.
Fonte: Elaboração própria

Por fim, Ipojuca é a grande aposta do turismo no litoral pernambucano e onde se verifica uma intensa turistificação centrada na vila de Porto de Galinhas espalhando-se para as suas adjacências, praias de Muro Alto e Maracaípe, como pode ser observado na figura 4.

São 164 empreendimentos registrados no Cadastur, sendo a maioria pousadas (136), seguido de hotéis (17), resorts (6) e hostels (4). A vila de Porto de Galinhas concentra a maioria das pousadas e a totalidade dos hostels. Já os resorts se localizam ao norte da vila, na praia de Muro Alto, e contam com uma urbanização mais recente impulsionada pelos recursos do Prodetur que viabilizaram a abertura da rodovia PE-060, pedagiada, facilitando o acesso à vila.

Com uma população estimada na ordem de 99mil habitantes para o ano de 2021 e de 80.637 habitantes registradas pelo censo de 2010, Ipojuca foi bastante afetada pelo processo de turistificação, gerando vários bairros periféricos. Em que pese o município se beneficie do complexo portuário de Suape, os dados do censo de 2010 sinalizam que 44% da população vive com uma renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Em relação ao saneamento básico, 33% dos DPP estão conectados à rede coletora de esgoto. Ipojuca possui um índice médio de residências secundárias, perfazendo cerca de 16% do total de DPP.

Justamente por ser um *hotspot* turístico, em Ipojuca ficam evidenciadas as relações de verticalidades na produção do espaço. A produção dos territórios turísticos na Vila de Porto de Galinhas e praias adjacentes podem ser consideradas verticalidades à medida que provocam uma fragmentação no tecido urbano e respondem a uma lógica de produção exógena ao lugar.

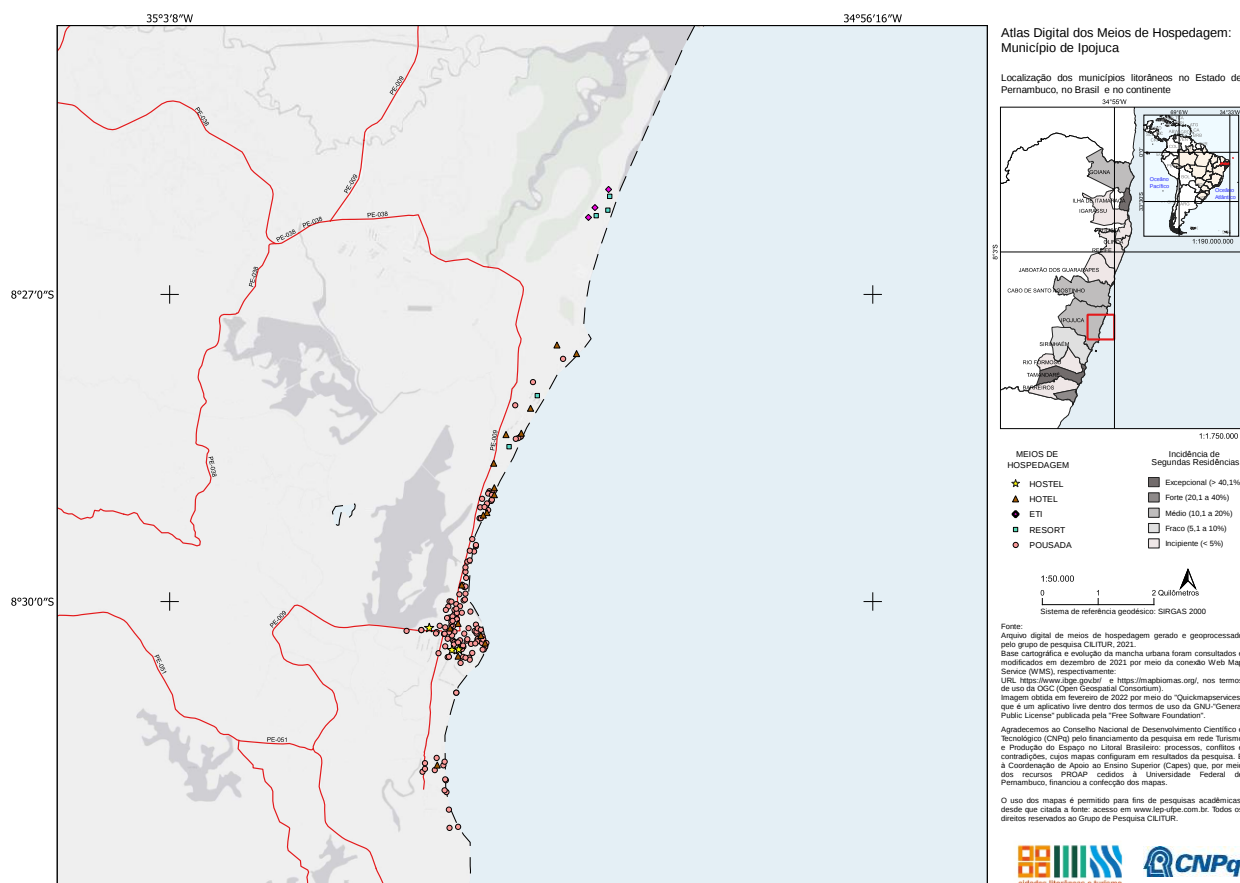


Figura 4 - Mapa dos meios de hospedagem em Ipojuca
Fonte: Atlas Digital dos Meios de Hospedagem, disponível em www.lep-ufpe.com.br

5. CONCLUSÕES

É importante observar que as manifestações do turismo no território se apresentam de maneira diversa, mesmo fazendo parte de uma mesma realidade estadual, o que configura as diferentes divisões territoriais e social do trabalho no mesmo território e como essas se relacionam com os restos de divisão do trabalho passadas, seja redefinindo objetos técnicos antigos em novos objetos, como no caso do centro do Recife, seja introduzindo uma nova rede de objetos e ações, como no caso da implementação de rodovias e a hotelaria notadamente na praia de Muro Alto.

A atração da grande hotelaria característica do litoral sul pernambucano, se descompatibiliza do que se observa no litoral norte relativamente a um mais intenso de segundas residências, fruto de uma urbanização pretérita e anterior ao evento PRODETUR/NE, assim como do perfil turístico demonstrado por Recife, que não encontra parâmetros comparativos em ambas as realidades adjacentes, norte e sul e ainda protagoniza, mesmo que timidamente, a existência do turismo de base comunitária.

Pode-se inferir para três direções distintas que expliquem tal heterogeneidade, quais sejam, a liquidez dos territórios em face dos investimentos públicos, na qual se insere o PRODETUR/NE e que o litoral sul foi

sobejamente contemplado; a ausência de capacidade de mobilização social para reivindicar ao poder público seus direitos aos investimentos observado no litoral norte, e, por último, a renda per capita das microrregiões, não tendo sido o foco do estudo as duas últimas questões.

Embora tais investimentos possam ter aferido valor de troca ao território e, em certa medida, melhoria na qualidade de vida dos moradores dessas localidades, os dados do censo revelam não ter havido ganhos efetivos para as populações, mesmo a atividade turística fazendo parte da econômica local, haja vista, tanto o litoral sul quanto no norte, a renda per capita da população perceber até ½ salário mínimo. No que diz respeito a Recife, embora atue de maneira a agasalhar o desenvolvimento do turismo de base comunitária, diferentemente das outras regiões citadas, tais ações prescindiram de uma atuação mais incisiva do Programa, tendo em vista as intervenções serem fruto de um processo de urbanização promovido pelo Governo do Estado e de resistência dos moradores das palafitas ali existentes.

Por fim, infere-se que a reconfiguração espacial promovida pela intervenção de projetos turísticos não se traduz necessariamente em benefícios efetivos aos locais e, em alguns casos, nem longevidade, tendo em vista e, em segundo plano, em face das diversas crises do capitalismo o que ocorre é seu declínio. O discurso ideológico bem estruturado tem colocado (historicamente) os interesses do capital à frente de quaisquer outros, traduzindo cada vez na introdução das verticalidades, nas lógicas exógenas ao lugar onde os recursos e os lucros advindos da atividade necessariamente não reverterem em benesses para a localidade onde o empreendimento turístico encontra-se instalado.

6. REFERÊNCIAS

- Abreu, L. M. (2010). Uma "viagem" de inclusão: turismo, desenvolvimento e território. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. Retrieved from <http://objdig.ufrj.br/42/teses/759820.pdf>.
- Araujo, C. P. (2016). Paraísos à beira-mar: os empreendimentos turísticos imobiliários. In: VARGAS, H. C.; PAIVA, R. A. Turismo, arquitetura e cidade. Barueri, São Paulo: Manole, p. 111- 132.
- Araujo, C. P. (2014). Investimentos imobiliários e meios de hospedagem. In: VARGAS, H.C.; ARAUJO, C.P. Arquitetura e Mercado Imobiliário. Barueri, São Paulo: Manole, p. 245-268.
- Araujo, C. P. (2011). Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo, FAUUSP. Retrieved from <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-19012012-140819/>.
- Brandão, P. R. B. (2013). Territórios do turismo, territórios de todos? Um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios turísticos em balneários turísticos do Nordeste do Brasil. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Retrieved from <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10673>
- Cruz, R. C. A. (2007). *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. Roca.
- Chauí, M. (1980). O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense.
- Gallero, A. L. (2001). El impacto de la globalizacion sobre el turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, Hucitec, p 33-38.
- Harvey, D. (2005). A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume.
- Kiyotane, I. B. (2019). De região problema à periferia do prazer: o turismo e a resignificação do Nordeste brasileiro. Tese (Doutorado em Turismo), Universidade

Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Retrieved from <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26949>

Knafou, R. (2001). Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.). *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: HUCITEC, p.62-74.

Oliveira, F. M. (2008). As políticas de turismo no Brasil nos anos noventa. *Revista Turismo em Análise*, v. 19(2), p. 177-200.

Santos, D. B. M. (2020). O Sertão virou mar: gestão pública, equipamentos culturais e city marketing no Centro Cultural Cais do Sertão em Recife/PE. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco.

Santos, M. (2006). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp.

Santos, M. (2006a). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record.

Silva, V. D (2011). Conflitos socioambientais da atividade turística em unidades de conservação: a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe-Pernambuco (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco).

Tulik, O. (2001). Turismo e Meios de Hospedagem: casas de temporada. São Paulo: Rocca.